

INTERTEXTUALIDADE E PRODUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDO EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Allan de Andrade LINHARES¹ (Universidade Federal do Piauí)

RESUMO: Neste artigo, trabalhamos com a hipótese de que a presença de marcas intertextuais seja uma característica do estilo do gênero artigo de opinião. A escolha dessas marcas resulta do trabalho do autor e revela o jogo entre seu estilo pessoal e o estilo do gênero. Assim, investiga-se a relação da intertextualidade na construção do gênero textual artigo de opinião. Esta pesquisa fundamenta-se na Linguística de Texto, a concepção de intertextualidade *stricto sensu* (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007) e a concepção de gênero textual (BAZERMAN, 2006). Escolhemos dois autores de um jornal e de uma revista de circulação nacional: Diogo Mainardi (revista *Veja*); Jânio de Freitas (jornal *Folha de São Paulo*). Selecionamos um artigo de cada um desses autores, ambos publicados em 2006. A análise do *corpus* possibilitou perceber que a expressão da intertextualidade nos artigos de opinião apresenta tanto características do estilo do gênero quanto marcas do estilo individual do autor.

PALAVRAS-CHAVES: Intertextualidade. Gênero. Artigo de opinião. Estilo.

1. Introdução

Entendemos que a escolha das formas de expressão da intertextualidade resulta do trabalho do autor, e revela o jogo entre seu estilo pessoal, suas escolhas, e o estilo do gênero. Assim, objetiva-se, neste trabalho, investigar se a circulação social do gênero artigo de opinião leva à fixação de formas relativamente estáveis de enunciados, bem como se há consolidação de formas preferenciais de marcar as relações intertextuais em cada gênero ou se neste campo prevalece a liberdade do autor. Tal pretensão não pode desconsiderar da análise a percepção da intertextualidade como um enriquecimento da leitura e da produção de textos e, sobretudo, sua função na construção e no(s) sentido(s) dos textos. Esta pesquisa tem como abordagem teórica os fundamentos da Linguística de Texto, especificamente a concepção de intertextualidade *stricto sensu* (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007), e a concepção de gênero textual (BAZERMAN, 2006).

A fim de esclarecer a discussão aqui levantada, escolhemos dois autores que têm espaço para publicação diária ou semanal de textos de opinião em um jornal e uma revista de circulação nacional: Diogo Mainardi (revista *Veja*); Jânio de Freitas (jornal *Folha de S. Paulo*). Foi selecionado um artigo de cada um desses autores, publicados em 2006. A comparação entre os referidos autores nesse *corpus* permitiu avaliar o grau de liberdade (a força do estilo individual), e a uniformidade (fixação do gênero) na escolha das formas de expressão da intertextualidade.

2. A intertextualidade

2.1. Aspectos gerais:

¹ Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Piauí.

Com a chegada dos anos 90, quando da adoção do sociocognitivismo e do interacionismo bakhtiniano, o texto assume o lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, portanto, evento em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais. Embasado por tal paradigma, a Linguística Textual vem desenvolvendo suas pesquisas, e, aqui, procede-se ao tratamento do fenômeno da intertextualidade sob tal perspectiva. Tal fenômeno começou a ser divulgado em estudos na década de 1960 pela crítica literária francesa Julia Kristeva. A estudiosa francesa trata do texto como constituindo um intertexto numa sucessão de textos já escritos ou que ainda serão escritos. (TRASK, 2004, p.147).

Segundo Kristeva (1974), os textos são construídos como mosaicos de citações e é a absorção e transformação de um outro texto. Tal pensamento é ratificado por Greimas apud Koch (2007):

O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos que existiram ou existem em redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis. (GREIMAS, 1966, p. 60).

A Linguística Textual concebe a intertextualidade como um dos fatores de textualidade (BEAUGRAND; DRESSLER, 1980), ou seja, elementos que fazem com que um conjunto seja um texto. Tanto a produção quanto a recepção de um texto recorrem ao conhecimento prévio de outros textos. Koch (2000, p. 46) comenta:

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos, que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe.

Isso significa que o conhecimento que se tem sobre o que já foi lido anteriormente contribui na elaboração de um sentido ao novo texto, assim como ajudam as noções que se tem do mundo, da cultura, dos estereótipos. Ao produzir um texto, o locutor utiliza-se do que já experienciou em vida, ainda que o faça inconscientemente.

Os conceitos concernentes à intertextualidade têm sido objetos de reflexão frequentes na atual literatura linguística, uma vez que parece improvável encontrar um texto que não dialogue com nenhum outro que o antecedeu. Ainda que esse texto exista, ele não estará isento de dialogar com o tempo e o espaço de sua produção.

Ao interagir conscientemente com um texto anterior, nem sempre o escritor indica a fonte de seu diálogo, pois pressupõe que o leitor compartilhe com ele um mesmo conjunto de informações a respeito de obras que compõem um determinado universo cultural. Os dados a respeito dos textos literários, mitológicos ou históricos são necessários, muitas vezes, para a compreensão global de um texto.

2.2. Intertextualidade *stricto sensu*

Pode-se perceber a intertextualidade *stricto sensu* quando em um texto está inserido um intertexto outrora produzido, o qual faz parte da memória discursiva dos interlocutores.

Dependendo das características, a intertextualidade *stricto sensu* pode assim ser relacionada:

2.2.1. Intertextualidade temática

Segundo Koch (2007), a intertextualidade temática é encontrada entre textos científicos pertencentes a uma mesma área do saber ou corrente de pensamento, que partilham temas e têm conceitos e terminologia próprios, os quais já aparecem definidos no interior dessa área ou corrente teórica.

2.2.2. Intertextualidade estilística

A intertextualidade estilista ocorre quando o produtor do texto, com objetivos diversos, repete, imita, parodia certos estilos ou variedades linguísticas. Neste tipo de intertextualidade, entende-se que toda forma necessariamente emoldura, enforma determinado conteúdo, de determinada maneira.

2.2.3. Intertextualidade explícita

Segundo Koch (2007), a intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto, isto é, quando um outro texto, ou um fragmento é citado, é atribuído a outro enunciador; ou seja, quando é reportado como tendo sido dito por outro ou por outros generalizados.

2.2.4. Intertextualidade implícita

Verifica-se tal intertextualidade quando se introduz, no próprio texto, intertexto de outrem, sem qualquer menção evidente da fonte, com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de contraditá-lo, colocá-la em questão, de ridicularizá-lo ou argumentar em sentido contrário.

Espera-se que o leitor/ouvinte seja capaz de reconhecer a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva.

2.3. A intertextualidade como fator de coerência textual:

A intertextualidade tem sido analisada como um dos fatores de coerência textual. Nessa abordagem, o reconhecimento do intertexto e de seus desdobramentos na produção dos sentidos é um fator essencial para a apreensão dos conteúdos que são expostos na superfície textual.

Essa concepção da intertextualidade mostra o fenômeno não apenas em suas características estruturais ou estilísticas, mas, sobretudo, revela-a como um elemento essencial para o processamento da leitura. Nessa perspectiva, deve-se ressaltar que os sentidos expostos na superfície de um determinado texto só serão, de fato, apreendidos, se os interlocutores tiverem previamente armazenados em sua memória discursiva o conhecimento dos textos originais. Nesse caso,

Conforme Beaugrande e Dressler, a intertextualidade compreende as diversas maneiras pelas quais a produção e recepção de dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, isto é, diz respeito aos fatores que tornam a utilização de um texto dependente de um ou mais textos previamente existentes. (KOCH e TRAVAGLIA, 1995, p. 88).

Dessa forma, sem que haja o conhecimento anteriormente adquirido pelo leitor, é inviável o pleno entendimento do que está sendo dito pelo produtor do texto, uma vez que, o

intertexto, por esse ponto de vista, também se constitui um elemento de mediação dos sentidos.

Segundo Azeredo (2007, p. 133), “A nossa memória textual atua no tecido de nossos discursos, ligando os contextos históricos e impregnando de sentido os textos que produzimos.”

Essa característica da linguagem humana de mediação dos sentidos é o que faz da intertextualidade um importante elemento estabelecedor da coerência quando os diferentes intertextos são ativados na superfície textual.

A intertextualidade como fator de coerência textual também pode ser vista como um componente essencial do processo de interação pela linguagem. Tais desdobramentos acerca desse processo tornam o intertexto não apenas um elemento de utilização da linguagem em suas diferentes funções. A intertextualidade será, antes de tudo, uma característica da produção verbal humana, de uma forma generalizada.

Para entender a intertextualidade como um componente da linguagem e não apenas como um fenômeno presente nos textos literários ou midiáticos, passa-se, então, a recorrer aos estudos de Bakhtin (1981), que amplia a visão sobre o conceito. Essa outra concepção acerca da intertextualidade tem sua origem nos conceitos do dialogismo e da polifonia desenvolvidos pelo autor, conforme explicitado na sequência.

2.4. Dialogismo, polifonia e intertextualidade:

Percebe-se, assim, que a Linguística Textual deleitou-se sobre o postulado bakhtiniano (1929), de que um texto (enunciado) não tem existência nem pode ser avaliado e/ou compreendido de forma isolada, pois está sempre dialogando com outros textos.

Bakhtin (1995) contribuiu para a ampliação acerca do campo de pesquisa da linguagem quando se preocupou com o exame da natureza da enunciação verbal. Para ele, além da matéria linguística exposta nos diferentes enunciados devem ser analisados os elementos contextuais da produção verbal.

O enunciado linguístico, de acordo com o autor, pode ser entendido, então, através do **elemento verbalmente exposto e elementos contextuais advindos das relações sociais e históricas dos sujeitos na comunicação.**

A noção dialógica da linguagem inaugurada em Bakhtin desdobra-se em dois aspectos, que são os conceitos da intertextualidade e o da interação verbal entre o enunciador e o enunciatário dos textos. Essa última concepção originará, conseqüentemente, o conceito da *polifonia textual*, que ocorre quando “o autor pode fazer falar várias vozes ao longo de seu texto” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 384), num tipo de dialogismo entre as diferentes vozes da sociedade.

De acordo com Barros (2003),

(...) concebe-se o dialogismo como o espaço interacional entre o eu e o tu ou entre o eu e o outro, no texto. Explicam-se as freqüentes referências que faz Bakhtin ao papel do outro na constituição do sentido ou sua insistência em afirmar que nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outra voz. (BARROS, 2003, p. 3).

Cabe ressaltar que essa noção polifônica da constituição da linguagem corroborou com o novo conceito da intertextualidade discursiva, que será não apenas uma característica de um determinado gênero textual. Antes, porém, é a intertextualidade uma característica textual presente em todas as manifestações da linguagem humana: “Afirma-se o primado do intertextual sobre o textual: a intertextualidade não é mais uma dimensão derivada, mas, ao contrário, a dimensão primeira de que o texto deriva.” (BARROS e FIORIN, 2003, p. 4).

Com base nesses pressupostos, pode-se, então, afirmar que a intertextualidade não é apenas um fator da coerência textual ou simplesmente uma estratégia estilística de produção dos sentidos.

Após as considerações iniciais acerca das diferentes formas de apresentação da intertextualidade e dos estudos pautados nesse fenômeno, pretende-se demonstrar como essa estratégia de construção textual é explorada pelos produtores dos artigos de opinião.

Na análise procedida na sequência, deter-nos-emos a uma visão *stricto sensu* de intertextualidade, segundo a qual “em um texto está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou memória discursiva dos interlocutores” (KOCH, 2004, p. 17).

3. A intertextualidade nos artigos de opinião

Os textos de opinião destacam-se entre os gêneros presentes em jornais e revistas como aqueles em que há grande flexibilidade para o autor impor suas escolhas. Assim, entendemos que a manifestação do estilo do autor (individual) se sobrepõe ao estilo do gênero. Essas escolhas se processam em vários níveis, como aponta POSSENTI (1988) - escolhas sintáticas, lexicais, de articulação textual etc. -, e sempre são resultado do trabalho do autor, que intenciona pela produção de determinados efeitos de sentido. Elegemos aqui um aspecto particular dos textos em que as escolhas dos autores são relevantes para a manifestação do seu ponto de vista (a criação de um efeito de sentido) face às questões de que tratam em suas colunas diárias ou semanais: a expressão da intertextualidade.

As publicações dos textos pertencentes ao gênero em análise têm como tema eventos de interesse social e personalidades destacadas na política, arte, cultura, esportes etc., os discursos dessas pessoas são temas constantes dos textos de opinião publicados em jornais e revistas de circulação nacional. Segundo Bakhtin “O discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*” (1979, p. 130). Os textos com produção diária ou semanal têm normalmente como temas as questões polêmicas que estejam em evidência na imprensa na época, são tipicamente “discursos sobre discursos”. Os pontos de vista sobre as questões polêmicas do momento são inseridos nos artigos mediante uma relação intertextual com os discursos de pessoas públicas que tenham se manifestado sobre os temas; o processo de construção dos textos explora a inclusão do discurso de quem se refere (determinada personalidade) no seu próprio discurso.

A fim de evitar uma visão ampla de intertextualidade que dificultasse a percepção de semelhanças e diferenças entre os autores selecionados, decidimos observar nos dados as formas de intertextualidade marcadas formalmente nos textos, em especial as citações diretas e indiretas. Analisaram-se, aqui, fragmentos de cada autor, que entendemos significativos, com o anseio de observar os efeitos de sentido obtidos com a expressão da intertextualidade.

3.1. Intertextualidade e construção de sentido no gênero artigo de opinião

Entenda-se a intertextualidade, aqui, não como identificação da fonte, mas, sim como um enriquecimento da leitura e da produção de textos e, sobretudo, que se tente mostrar a função da sua presença na construção e no(s) sentido(s) dos textos.

Para tanto, nos dizeres de Koch e Travaglia (1995), a intertextualidade tem sido analisada como um dos fatores de coerência textual. Nessa abordagem, o reconhecimento do intertexto e de seus desdobramentos na produção dos sentidos é um fator essencial para a apreensão dos conteúdos que são expostos na superfície textual. As relações intertextuais, os

diálogos existentes entre os textos dentro de um universo cultural é mister para apreender a construção de sentido que é ventilada nos textos, em nossa análise, nos artigos de opinião.

Com o intuito de investigar a hipótese levantada neste trabalho de que a presença de marcas de intertextualidade seja uma característica do estilo do gênero artigo de opinião e que a escolha de tais marcas resulta do trabalho do autor e revela o jogo entre seu estilo pessoal e o estilo do gênero, iniciamos a análise com o artigo de opinião de Diogo Mainard, intitulado *Minha vida de Coiote*, publicado na Edição 1962, de 28 de junho de 2006, da Revista Veja.

(1) Minha vida de Coiote

*"Depois de quatro anos com dezenas
de artigos sobre o Papa-Léguas lulista,
o esquema se desgastou. No ano que vem,
mudo de assunto. Até lá, espero concluir
algumas das histórias a que me dediquei.
O resultado do meu esforço será
o mesmo de sempre"*

Lula é o **Papa-Léguas**² (1). Eu sou o **Coiote** (2). Por quatro anos, imitei o **desenho animado** (3). Recorri a todas as artimanhas para capturar a presa: catapultas, foguetes, patins a jato, elásticos gigantes, tintas invisíveis, rochas desidratadas, comprimidos de terremoto. Nada deu certo. Lula sempre conseguiu escapar. E depois de escapar, como o Papa-Léguas, **grasnou aquele estridente bip-bip em minha orelha** (4), assustando-me e fazendo-me cair num abismo, em geral com uma pedra de 10 toneladas na cabeça.

O maior achado do desenho animado de Chuck Jones é sua absoluta essencialidade. Os dois protagonistas, mudos, confrontam-se num panorama **deserto** (5), onde só há pedras e cactos, cujos espinhos terminam invariavelmente fincados na pele do Coiote. O Papa-Léguas é uma **besta primária** (6), um **oportunista microcéfalo** (7) perfeitamente adaptado ao seu meio, que sabe apenas fugir e se esquivar das ciladas preparadas pelo Coiote. O Coiote, por sua vez, é a caricatura do **humanista otário** (8) que acredita no triunfo da racionalidade, do conhecimento, do engenho humano, da lei, do progresso social, da tecnologia. E é repetidamente punido por causa disso. Se o Coiote é **Lamarck** (9), o Papa-Léguas é **Darwin** (10). Se o Coiote é o **humanista Settembrini** (11), o Papa-Léguas é o **jesuíta Naphta** (12). Se o Coiote é **Bouvard e Pécuchet** (13), o Papa-Léguas é a **tempestade que devasta sua lavoura** (14).

A comicidade do Coiote e do Papa-Léguas não está na variedade das piadas. Pelo contrário: está no repisamento infinito da mesma piada. O Coiote prepara **uma armadilha** (15). O Papa-Léguas passa incólume por ela. O Coiote se revolta e cai na própria armadilha. Quando se recupera de seus efeitos calamitosos, prepara outra armadilha, num ciclo interminável. Chuck Jones definiu o Coiote como um **fanático** (16), citando o filósofo George Santayana, para quem **"um fanático é aquele que redobra seu empenho quando já esqueceu seu objetivo"** (17). Foi a **fórmula** (18) que, semana após semana, tentei plagiar aqui na coluna. Com Lula no papel do Papa-Léguas e eu no do Coiote.

Chuck Jones dirigiu episódios do desenho animado de 1949 a 1965. Eu resisti bem menos. Depois de quatro anos, com dezenas de artigos sobre o Papa-Léguas lulista, o esquema se desgastou. No ano que vem, mudo definitivamente de assunto. Até lá, espero concluir algumas das histórias a que me dediquei no último período: do meu processo contra

² Os termos negritados e acompanhados de números entre parênteses marcam a remissão a outros textos, além das escolhas lexicais.

Lula, que já está no STF, **à denúncia de que ele possui uma conta num paraíso fiscal (19)**. Da ação popular que pretendo mover contra a empresa de **seu filho, que arrendou ilegalmente um canal de TV (20)**, à revelação de novos **casos de financiamento ilícito ao PT (21)**. O resultado de meu esforço será o mesmo de sempre. O Papa-Léguas passará por mim a toda a velocidade, buzinando seu bip-bip. Eu, estupidamente, tentarei descobrir o que deu errado em meus planos e, de uma hora para outra, me verei caindo num **abismo (22)**. Mas não ria. Porque você cairá junto comigo.

(Diogo MAINARDI. *Veja*, 28 jun. 2006)

No artigo (1), é perceptível a necessidade da leitura intertextual para chegar ao sentido da analogia construída pelo autor, o qual recorre ao desenho animado Papa-léguas, de Chuck Jones. Preliminarmente, entenda-se quem era papa-léguas e em que contexto esse personagem foi construído. Papa-léguas e Coiote são personagens de desenho animado criados em 1949 por Chuck Jones para os estúdios Warner Bros. Os episódios acontecem em um deserto cheio de rodovias. O faminto Coiote sempre tenta capturar o Papa-léguas, encomendando produtos ACME, uma empresa fictícia que fabrica de tudo. O Papa-léguas passa todos os episódios a ludibriar as tentativas do Coiote em capturá-lo. Contando com astúcia, velocidade ou uma sorte absurda, o Papa-léguas sempre escapa ileso de todas as artimanhas altamente criativas de seu arqui-inimigo, porque este sempre acaba pego por sua própria armadilha. O mais inusitado é que a simpatia do público fica sempre com o predador frustrado. Os desenhos não têm diálogos, exceto o "bip-bip" do Papa-Léguas e ocasionais placas escritas (geralmente usadas pelo Coiote para falar com a plateia).

Diogo Mainardi produz o artigo em análise, em 2006, período em que era corrente em suas publicações a crítica a Lula e ao governo do PT (Eventos como: presidente Lula possui conta em paraíso fiscal; filho de Lula arrenda ilegalmente canal de TV). Assim, recorrendo a personagens que expressam artimanhas plurais (Papa-léguas) e tentativas frustradas (Coiote), o texto vai ganhando sentido por meio da construção intertextual que é montada. Contando com a leitura intertextual dos interlocutores, é possível associar a figura do Coiote a Diogo Mainardi, uma vez que o próprio autor diz que recorreu durante os quatro últimos anos a todas as artimanhas para capturar a presa, todavia tem suas tentativas frustradas, pois a dita presa, que seria o presidente Lula (o qual assume a figura do Papa-léguas), tem conseguido escapar e, além das frustrações, o referido autor, assim como o Coiote, acaba sendo alvo das armadilhas que ele próprio criara.

Percebe-se, portanto, que o diálogo entre o texto de Mainardi e o desenho animado que proporciona a configuração de sentido pretendida pelo referido autor, ilustra os ensinamentos da teoria bakhtiniana (1929) de que “um texto (enunciado) não tem existência nem pode ser avaliado e/ou compreendido de forma isolada, pois está sempre dialogando com outros textos”.

Assim como o Coiote, que está sempre a renovar os seus planos, tem audácia e empenho para se reerguer e lutar pelo seu ideal, capturar o Papa-léguas; Mainardi tem se mostrado firme na busca pelo progresso social, pela imposição da lei, do caráter e retidão no meio público. O desejo de capturar o Papa-léguas, figura rápida, presa de difícil acesso, tem sempre estado em iminente derrocada. A construção intertextual desses dois personagens possibilita construir que o presidente Lula não sofre nenhum efeito das “pressões” que os textos de opinião da mídia impressa têm levantado.

Mainardi conclui seu artigo afirmando que por quatro anos não conseguiu capturar a presa, pois a rapidez que é intrínseca ao Coiote, aqui, intertextualmente entendida como o

poder ostentado por Lula e demais integrantes do governo PT, impossibilitou-o de alcançar tal intento. O articulista mostra-se propício a mudar de assunto nas próximas colunas, uma vez que, como o Coiote, reiteradamente tem caído no abismo. Todavia, surpreendentemente, deixa a promessa ao presidente que o final não será tão igual ao desenho animado, pois desta vez a tão sonhada presa também cairá no abismo.

Verifica-se que o autor utiliza a intertextualidade explícita para a construção de sentido da analogia com os personagens do desenho animado, segundo Kock (2007):

A intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto, isto é, quando um outro texto, ou um fragmento é citado, é atribuído a outro enunciador; ou seja, quando é reportado como tendo sido dito por outro ou por outros generalizados (“Como diz o povo...”, segundo os antigos...). É o caso das citações, referências, menções, resumos, resenhas, e traduções; em textos argumentativos, quando se emprega o recurso à autoridade.

Percebe-se, assim, que Diogo Mainardi faz uso intensivo da intertextualidade explícita, pois a fonte intertextual é claramente citada.

3.2. Fatores relacionais entre intertextualidade, gênero textual e estilo

O trabalho de KOCH, BENTES & CAVALCANTE (2007) norteou nosso objetivo de estabelecer critérios claros para a comparação entre os textos selecionados e identificar suas semelhanças e diferenças na forma de expressão da intertextualidade, pois segundo as autoras “a intertextualidade em sentido estrito seria uma espécie particular, e marcada, de dialogismo.” (2007, p. 126-7).

A fim de evitar uma visão ampla de intertextualidade que dificultasse a percepção de semelhanças e diferenças entre os autores selecionados, decidimos observar nos dados as formas de intertextualidade marcadas formalmente nos textos, em especial as citações diretas e indiretas, já eleitas nas técnicas de BAZERMAN (2006), além do olhar da intertextualidade explícita já previsto em KOCH, BENTES & CAVALCANTE (2007) quando se alerta para os fragmentos explícitos atribuídos a um outro enunciador, o qual o autor identifica; sem esquecer a menção a textos orais ou escritos.

Analisaram-se, aqui, fragmentos de cada autor, que entendemos significativos, com o anseio de observar os efeitos de sentido obtidos com a expressão da intertextualidade.

3.2.1. Diogo Mainardi

Voltar-se-á mais uma vez ao artigo de Diogo Mainardi, já apresentado acima, intitulado Minha vida de Coiote, a fim de caracterizar o uso da intertextualidade. Percebe-se que o referido artigo mantém várias referências a outros textos.

Preliminarmente, pôde-se perceber que, neste artigo, o autor mantém a intertextualidade com um texto que usa a imagem como principal recurso expressivo.

Mainardi privilegia para a constituição da expressão da intertextualidade a menção a textos sem explicitar seus propósitos. Com esse recurso, inicialmente, o autor remete os leitores a acessar os conteúdos dos textos na época publicados e fazer construções com expressões que já possuem um conteúdo definido dentro de uma determinada contextualização; bem como as escolhas lexicais feitas para se referir aos textos transparecem seu ponto de vista. Percebe-se tal recurso nas passagens (1), (2), (3), (5), (6), (7), (8), (9), (10), (11), (12), (13), (14), (15), (16), (18), (19), (20), (21), (22).

Diogo Mainardi retoma os personagens do desenho animado em (1) e (2) e reporta o leitor à situação de produção (3) em que foram produzidos a fim de estabelecer associações

com o contexto do artigo para que, assim, a construção de sentido, agora idealizada, seja construída.

Em (6) e (7), o autor do artigo em análise escolhe termos que trazem sua avaliação à postura do presidente Lula, besta primária e oportunista microcéfalo. Para chegar a esta construção, faz-se necessário entender a postura do Papa-léguas, o qual sempre foge e se esquivava das tentativas de captura empreitadas pelo Coiote. O presidente Lula, como explicitamente é posto no artigo, sempre sai ileso das acusações a ele impostas. Já quando se refere a ele mesmo, o autor se autodenomina, apelativamente, de humanista otário (8), pois seus ideais não têm sido satisfeitos e são, inclusive, ingênuos.

Em (15), utiliza o termo armadilha para se referir às infinitas tentativas para chegar ao fim pretendido. Todavia, embora essas armadilhas não fossem satisfatórias, o Coiote continua sendo um fanático (16), pois se mostra resistente e reitera a cada derrocada seu desejo pela tão sonhada captura do Papa-léguas. Observa-se que os termos selecionados em (15) e (16) já possuem conteúdo fixo, Mainardi faz nova construção de sentido usando o recurso da expressão da intertextualidade. O mesmo acontece em (18) com o termo fórmula, uma vez que seriam os artifícios utilizados para chegar ao objetivo pretendido.

O autor também encaminha os leitores a acessar conteúdos de textos publicados na época a fim de construir o sentido do seu artigo. Isso acontece em (19), (20) e (21). O clima político da época propicia essa construção.

Percebe-se a presença de uma citação direta, forma marcada de intertextualidade presente no texto, porém o autor em estudo não prioriza esse recurso. No artigo em análise, ao introduzir a fala do filósofo George Santayana, de que a atribuição de fanático que está sempre empenhado para chegar a um objetivo era dirigida a ele, percebe-se um caráter altamente avaliativo, afinal o autor representava a figura do incansável Coiote.

Podemos destacar também um caso de citação indireta em (4), recurso que reforça o ponto de vista do autor, só que agora por meio do discurso de outrem. A forma verbal escolhida em “grasnou aquele estridente bip-bip em minha orelha”, acentua a força da ação do Papa-léguas e o empenho em escapar, além de proporcionar sempre o mesmo efeito ao Coiote: o susto e a queda em um abismo (22), lugar que representa a derrocada, o insucesso do Coiote.

Em (11), (12), (13) e (14), o autor, também, direciona os leitores a conteúdos que podem estar na memória discursiva do leitor. Mantém um paralelo entre os cientistas evolucionistas Lamarck (9) e Darwin (10), pois tratavam do mesmo objeto, contudo com concepções diferenciadas. Por essa razão, associa-os aos personagens do desenho em construção intertextual. Exemplificamos ainda com os pares (13) e (14). Em (13), a figura do Coiote é associada a Bouvard e Pécuchet, romance do francês Flaubert. Os dois personagens da obra obstinavam trocar a vida parisiense pela vida no campo, onde poderiam se dedicar aos estudos e às experiências, pondo em prática, nesse laboratório da natureza, tudo que aprenderiam nas grandes obras de referência. Assim, quando o Papa-léguas é visto como a tempestade que devasta a lavoura, seria o destruidor dos sonhos dos personagens da obra em referência. Daí surge o entendimento da analogia entre Bouvard e Pécuchet representarem o Coiote e a tempestade representar o Papa-léguas.

3.2.2. Jânio de Freitas

Na sequência, analisar-se-á um artigo de Jânio de Freitas intitulado “Os dois avisos”, publicado na Folha de São Paulo em 15 de agosto de 2006. O autor também elege a menção a textos como recurso para a constituição da expressão da intertextualidade.

(2) Os dois avisos

É hora de que o anticrime seja levado a sério e procure reelaborar suas idéias, sair da velha e inútil obviedade

A conclusão, exposta por jornalistas e vários entrevistados, de que, ao seqüestrar um repórter, o **crime em São Paulo (1) "subiu de patamar" (2)**, só se explica como um desses maus momentos a que as pessoas estão sujeitas. E que são comuns em jornalistas quando o infortúnio inverte os papéis e põe um de nós no lugar da **vítima (3)**. Invocam-se então a **liberdade de trabalho (4)**, a **inocência da vítima (5)**, a **violência covarde (6)** e outras **verdades (7)** não menos **gritantes (8)**. Mas, na essência, as verdades que envolvem o jornalista vitimado em nada se distinguem das transgredidas na grande maioria das outras vítimas: o **turista esfaqueado para roubo (9)**, o **motorista incendiado com o ônibus (10)**, o **dentista assassinado pela polícia "por engano" (11)**, a **criança morta por "bala perdida" (12)** - consta serem assim 50 mil por ano no Brasil, mas o número parece **modesto (14)**.

Há muito tempo os seqüestros se sucedem, ora mais, ora menos freqüentes. No caso de **São Paulo (15)**, até como principal característica da criminalidade. O **seqüestro (16)** de **um repórter (17)** nada acrescentou, por si, aos seqüestros de outras vítimas. A troca do resgate por uma nota para divulgação -finalidade que não precisava de seqüestro, por certo seria obtida com a simples distribuição da nota- esta, sim, sugere duas observações aparentemente ainda atuais. O seqüestro absorveu mais atenção do que a **insípida (18)** nota e, nela, atentou-se mais para o exigido fim do "regime disciplinar diferenciado". Nisso ficou quase perdida a frase de importância capital: **"não ficaremos de braços cruzados pelo que está acontecendo no sistema carcerário" (19)**. Os **bravos secretários do governo paulista (20)**, bem à sua maneira, podem tomar a frase como **desafio (21)** ou como **bazófia (22)**, mas para os demais vale por um aviso geral de necessárias precauções contra **ataques (23)** que já se provaram **factíveis (24)**. A outra observação vem do momento escolhido para o seqüestro e sua finalidade. Da **Folha (25)** de sábado: **"Folgas cassadas de quase 100 mil policiais militares e 30 mil policiais civis, helicóptero do Exército usado pela PM, [...] blitze nas ruas. É com esse cenário de guerra, preparado pelas forças de segurança" [...] (26)**.

Assim foi feita, para o fim de semana, a devida prevenção do crime articulado. E, no entanto, houve o seqüestro. Ou seja, uma outra mensagem: o nível a que a criminalidade chegou em numerosas cidades exige muito mais do que pôr as polícias e mesmo o Exército na rua. Esse é um ensinamento que o **Rio (27)** tem difundido em vão. É impossível policiara toda a cidade, é impossível impedir que o crime conte com os vazios inevitáveis do policiamento e com o imprevisto. O crime se **sofisticou (28)** no armamento e aprimora **métodos (29)**, como demonstrou o seqüestro **do repórter (30)** com o **uso e troca de dois carros, incêndio de um para eliminar vestígios, batedor de moto (31)**. É hora de que o anticrime seja levado a sério e procure reelaborar suas idéias, sair da velha e inútil **obviedade (32)**. Essa é uma dívida que os **intelectuais (33)**, os **acadêmicos (34)** e a **mídia (35)** têm com o país. Do episódio ficará a perfeita atitude da **TV Globo (36)** no dever de proteção à vida do seu repórter.

(Jânio de FREITAS. *Folha de S. Paulo*, 15 ago. 2006)

A menção a textos é notada em: (1), (2), (3), (4), (5), (6), (7), (8), (9), (10), (11), (12), (14), (15), (16), (17), (18), (20), (21), (22), (23), (24), (25), (27), (28), (29), (30), (31), (32), (33), (34), (35), (36).

Jânio utiliza em vários momentos de seu texto expressões de natureza avaliativa. Qualifica, por exemplo, como vítima (3), aquele que sempre cobre eventos em que outros são vítimas. Continua com tom avaliativo em (6), ao julgar a violência de covarde, e de gritantes (8) a tantos outros eventos a que os cidadãos são expostos em uma situação de violência. E, em tom de ironia, diz que o número de mortos no Brasil é modesto (14).

Em (18), (20), (21), (22), (24) traz várias qualificações, chama de insípida a nota que seria feita. Em (20), usa o termo “bravos” para julgar a postura dos secretários do governo paulista, pois abre a possibilidade de agirem com medidas que sanem o crime, assim encarariam o desafio (21), ou fariam vista grossa ao fato, todavia impondo um discurso de ação, o que consistiria uma bazófia. Destaca-se, ainda, o recurso da citação direta a fim de manter um tom avaliativo, porque após reproduzir a fala dos secretários do governo paulista, traz expressões avaliativas (21 e 22) que abrem precedentes para julgar a veracidade da citação.

Percebe-se em (11) e (12) que o uso das aspas, sustentando-nos nos ensinamentos de Authier-Revuz (2004), sugere dúvida, a qual é gerada pela possível imprudência da polícia em situações que expõem o cidadão.

O autor também encaminha os leitores a acessar conteúdos de textos publicados na época a fim de construir sentido. Visualiza-se isso em (9), (10), (11), (12), (15), (16), (25), (26), (27), (31), (33), (34), (35), (36).

A expressão da intertextualidade nos artigos de Jânio de Freitas assemelha-se a Mainardi no uso da menção a textos e na escolha de expressões explicitamente avaliativas para indicar o ato de fala atribuído ao autor dos textos citados. O articulista prefere, também, mesclar a inserção dos textos alheios com a avaliação sobre os mesmos. Usa menos que Mainardi a citação indireta.

4. Considerações finais

A intertextualidade pode se manifestar de formas diferenciadas e produzir efeitos de sentido também diversos. A escolha das formas de expressão da intertextualidade resulta do trabalho do autor, e revela o jogo entre seu estilo pessoal, suas escolhas, e o estilo do gênero.

O *corpus* analisado possibilitou perceber que a expressão da intertextualidade nos artigos de opinião apresenta tanto características que se pode atribuir ao estilo do gênero quando marcas do estilo individual de cada autor. Os textos analisados apresentam, com mais ou menos intensidade, relações intertextuais com outros textos. Como os jornalistas citam textos acessíveis aos leitores, por terem sido divulgados em jornais e revistas na época, observa-se que os autores examinados expressam as relações de intertextualidade de seus textos preferencialmente pela menção aos discursos alheios, sem explicitar as afirmações contidas neles. Essa característica pode ser atribuída ao estilo do gênero.

Cada autor, porém, trabalha de forma diferente com as relações intertextuais para construir sua argumentação, conforme demonstramos ao comentar os fragmentos de textos dos dois jornalistas. Através do seu trabalho com a linguagem, cada jornalista cria seu estilo próprio de dialogar com os textos alheios, com os discursos citados. Ratificamos o postulado de que nos textos de opinião, o estilo individual sobrepõe-se ao estilo do gênero.

Referências

AZEREDO, José Carlos de. **Ensino de português: fundamentos, percursos, objetos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. **In:** BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin**. São Paulo: Edusp, 2003.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. HOFFNAGEL, J.C.; DIONÍSIO, A.P. (orgs.). S. Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. **Gênero, agência e escrita**. HOFFNAGEL, J.C.; DIONÍSIO, A.P. (orgs.). S. Paulo: Cortez Editora, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. Os gêneros do discurso. **In: Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

GREIMAS, A. J. **Sémantique structurale**. Paris: Larousse, 1966.

KOCH, I.V. & TRAVAGLIA L. C. **A coerência textual**. São Paulo, Contexto, 1995

_____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo. Cortez. 2000.

_____. **Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça, BENTES, Christina e CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo, Cortez, 2007.

POSSENTI, Sírío. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e lingüística**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.